

EDITAL

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do órgão da SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO, torna público que realizará chamamento público nos seguintes termos:

Chamamento Público nº 001/2021

Tipo de Parceria:
Termo de Fomento

Critério de Julgamento:
Maior Pontuação

O Edital Está Disponível na Internet, na Página:
<http://www.justica.pr.gov.br>

Instruções para Apresentação das Propostas

As propostas deverão ser entregues, a partir de 25/04/2021 até 05/07/2021, no endereço <http://www.sistag.social.pr.gov.br/>, no seguinte horário: 09h00 às 23h59, conforme item 8 deste edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO:

O presente edital tem por objetivo **fomentar a realização de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Paraná**, por meio da seleção de Organizações da Sociedade Civil para a consecução das ações previstas neste Edital.

2. VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO:

R\$ 62.000.000,00 (Sessenta e dois milhões) de reais, dispostos nas seguintes áreas de atuação:

Área de atuação 1 – Garantia do Direito à Vida e Saúde - (Valor Total: R\$ 8.500.000,00)

Área de atuação 2 – Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária - (Valor Total: R\$ 11.000.000,00)

Área de atuação 3 – Garantia do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer - (Valor Total: R\$ 26.000.000,00)

Área de atuação 4 – Garantia do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho - (Valor Total: R\$ 7.000.000,00)

Área de atuação 5 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência - (Valor Total: R\$ 4.000.000,00)

Área de atuação 6 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais - (Valor Total: R\$ 2.500.000,00)

Área de atuação 7 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento as situações de violência - (Valor Total: R\$ 3.000.000,00)

*Acrescentados

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: [04966.4966.08.243.16.6417]

Elemento da despesa: [350.4100]

Fonte: [150 e 284]

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS:

Qualquer cidadão ou participante poderá solicitar esclarecimentos e providências, que deverão ser feitos no prazo de até **05 (cinco)** dias corridos antes da data inicial fixada para apresentação das propostas, devendo ser encaminhados à Comissão de Seleção, no e-mail: editalgeral@sejuf.pr.gov.br.

4.2 IMPUGNAÇÕES:

Qualquer cidadão ou participante poderá impugnar o edital de chamamento no prazo de até **05 (cinco)** dias corridos antes da data inicial fixada para apresentação das propostas, devendo ser encaminhada à Comissão de Seleção, no e-mail: **editaigeral@sejuf.pr.gov.br**.

4.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

Os recursos e as contrarrazões de recurso poderão ser interpostos pelas OSCs participantes e dirigidos à Comissão de Seleção, desde que observados a forma e os prazos previstos no item 12 deste edital.

4.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso do chamamento público, os autos deste procedimento estarão à disposição dos interessados junto à Comissão de Seleção.

5. LEGISLAÇÃO:

O chamamento público e a parceria dela decorrente serão regidos pela Lei nº 13.019/2014, pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016 e demais normas aplicáveis.

6. CRONOGRAMA DAS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO:

- a) Fase de avaliação e classificação das propostas: de 09/07/2021 até 10/09/2021;
- b) Fase de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da(s) OSC(s) selecionada(s), incluindo a inoccorrência dos impedimentos legais: de 11/09/2021 até 11/10/2021;
- c) Fase de aprovação do plano de trabalho apresentado e do regulamento de compras e contratações da(s) OSC(s) selecionada(s): de 12/10/2021 até 13/02/2022;
- d) Fase de emissão de pareceres técnicos: de 12/12/2021 até 13/03/2022; e
- e) Fase de celebração do instrumento de parceria: de 14/03/2022 até 29/10/2022.

7. ANEXOS:

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;
- Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- Anexo III – Declaração referente do art. 60, § 5º, do Decreto Estadual nº 3.513/2016 e Relação dos Dirigentes da Entidade;
- Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;
- Anexo V – Especificações do Objeto;
- Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos (art. 39 da Lei nº 13.019/2014 e art. 20 do Decreto Estadual nº 3.513/2016);
- Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração/Termo de Fomento; e
- Anexo VIII – SUPRIMIDO.

REGULAMENTAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

1.1 O presente edital tem por objetivo **fomentar a realização de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Paraná**, por meio da seleção de Organizações da Sociedade Civil para a consecução das ações previstas neste Edital.

1.1.1 As parcerias objeto deste Edital serão formalizadas por meio de Termos de Fomento assinados entre a SEJUF e as OSCs selecionadas.

1.1.2 As propostas que envolverem em seu público-alvo, crianças e/ou adolescentes com deficiência deverão prever, de acordo com as características do objeto, medidas adequadas de acessibilidade, de acordo com o artigo 24, §1º, inc. X, da lei 13.019/2014, e no artigo 26, §1º, inc. VII e §5º, do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

1.1.3 As propostas destinadas à consecução do objeto descrito no *caput* deverão enquadrar-se em uma das seguintes áreas de atuação:

1.2.1 Área de atuação 1 – Garantia do Direito à Vida e Saúde (Valor Total: R\$ 8.500.000,00)

Objetivos:

Objetivo 1: Propostas de atenção a saúde mental de crianças e adolescentes. (R\$ 3.500.000,00)

Valor mínimo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

A.2 Objetivo 2: Propostas de promoção e garantia de acesso à saúde de crianças e adolescentes (R\$ 5.000.000,00)

Valor mínimo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

1.2.2. Área de atuação 2 – Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Valor Total: R\$ 11.000.000,00)

Objetivo 1: Propostas de projetos de Acolhimento Familiar e/ou Acolhimento Institucional, dentro das diretrizes da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (R\$ 10.000.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 100.000,00

Objetivo 2: Propostas de projetos de Apadrinhamento Afetivo e projetos de preparação das famílias, crianças e adolescentes e para Adoção. (R\$ 1.000.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

1.2.3 Área de atuação 3 – Garantia do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (Valor Total: R\$ 26.000.000,00)

Objetivo 1: Propostas de projetos sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos **SCFV**, dentro das diretrizes da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Objetivo 2: Propostas de projetos de atividades de contraturno escolar, com ênfase em desenvolvimento integral de crianças e adolescentes

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

1.2.4 Área de atuação 4 – Garantia do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (Valor Total: R\$ 7.000.000,00)

Objetivo 1: Propostas de projetos de Aprendizagem (R\$ 3.500.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Objetivo 2: Propostas de projetos de Pré Aprendizagem e Qualificação Profissional (R\$ 1.500.000,00) Observando atentamente que os Cursos não incidam nos itens da lista TIP – Decreto nº 6481 de 12 de junho de 2008, que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as proibições das piores formas de trabalho infantil.

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Objetivo 3: Propostas de projetos de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (R\$ 2.000.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

1.2.5 Área de atuação 5 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência (Valor Total: R\$ 4.000.000,00)

OBJETIVO:

Cofinanciar ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes com deficiência e vulnerabilidade social pós Pandemia do COVID-19, apresentadas por Organizações da Sociedade Civil - OSC que prestam atendimento a este público, no âmbito do Estado do Paraná e em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que prevê como um dos direitos fundamentais o direito a convivência familiar e comunitária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação da situação de fragilidade e risco social após período da pandemia do Covid 19;
- b) Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos.
- c) Favorecer o desenvolvimento de atividades que propiciam trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;
- d) Desenvolver ações especializadas para a superação das situações de violação de direitos;
- e) Promover apoio às famílias para diminuição da sobrecarga e desgaste dos vínculos provenientes da demanda de cuidados permanentes.

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I – até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

1.2.6 Área de atuação 6 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais (Valor Total: R\$ 2.500.000,00)

Objetivo 1: Promover o acesso à informação e inclusão digital de crianças e adolescentes indígenas e de comunidades tradicionais do Estado do Paraná; (considerando a complexidade e equipamentos envolvidos até R\$ 800.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 800.000,00

Objetivo 2: Desenvolvimento, produção e distribuição de materiais didáticos que promovam a disseminação e ensino das línguas maternas de comunidades indígenas; Execução de ações de promoção da formação pessoal de crianças e adolescentes indígenas e de comunidades tradicionais que assegurem a inclusão destes no Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Fomentar a diversidade étnica cultural com a distribuição de materiais didáticos, que promovam o conhecimento amplo da literatura brasileira e paranaense das línguas maternas de comunidades indígenas e comunidades tradicionais através do acesso a leitura. (até 600.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 600.000,00

Objetivo 3: Execução de ações de promoção da valorização e disseminação da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais voltados às crianças e adolescentes destes grupos. (até R\$ 300.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 300.000,00

1.2.7 Área de atuação 7 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento as situações de violência (Valor Total: R\$ 3.000.000,00)

Objetivo: Execução do serviço especializado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, suas famílias e supostos agressores.

Crítérios pelo número de atendimentos.

1. 01 a 30 - valor de R\$50.000
2. 31 a 75 - valor de R\$ 80.000

3. 76 a 150 - valor de R\$ 150.000
4. mais que 150 atendimentos R\$ 200.000,00

Para fins de apresentação de propostas será possível pleitear recursos para pagamento de pessoal, custeio, investimento, elaboração de campanhas de conscientização sobre temáticas específicas, sem limitação de porcentagem de uso em nenhuma dessas esferas. Será vedado o uso para obras, reformas e serviços de engenharia.

É possível apresentação de propostas que incluam atendimentos presenciais, alternados com atendimentos remotos e acompanhamento das equipes através de teleatendimentos, uma vez que a superação da crise sanitária instalada pelo COVID ainda não se mostra como realidade para os próximos meses, devendo todas as recomendações das instâncias de saúde estar contempladas nas propostas a serem apresentadas.

2. JUSTIFICATIVA

Com a situação sanitária desencadeada pela Pandemia do COVID 19, às Organizações da Sociedade Civil (OSC) e 399 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Estado do Paraná tiveram suas atuações e atividades regulares prejudicadas.

Parte dessa grande Rede de Proteção Social, até o momento do Decreto de Distanciamento Social entrar em vigor, encontrava-se executando Planos de Trabalho relativos a programas decorrentes de parcerias ou transferências já formalizadas. Outra parte iniciaria os devidos encaminhamentos brevemente, tendo tramitado todos os procedimentos administrativos e apresentado as certidões e demais formalidades adequadamente, além de já disporem dos recursos repassados pelo FIA Estadual (Fundo da Infância e Adolescência).

Ocorre que, em razão da Pandemia, as OSCs estão, por vezes, prejudicadas ou impedidas de cumprir com o Plano de Trabalho inicialmente apresentado e sendo permanente e diretamente demandadas pelas famílias e usuários em busca de suporte e apoio nesse momento singular da realidade mundial. Da mesma forma, as OSCs se constituem também como empregadoras de diferentes profissionais e imbuídas do interesse de manter o emprego dos seus colaboradores e atuar com ainda maior presença e efetividade nesse momento dramático da realidade mundial.

Desta forma, vislumbrou-se a necessidade da formalização de novas parcerias que permitam que neste momento ímpar seja possível garantir os Direitos Fundamentais dos paranaenses entre zero e dezoito anos incompletos, dentro das perspectivas e urgências que o momento apresenta.

Insta salientar que a perspectiva deste Edital é que as parcerias formalizadas tenham impacto no cenário estabelecido a partir do distanciamento social imposto pela COVID em 2020 onde já temos indícios de que os longos períodos de crianças e adolescentes em domicílio aumentaram as violações de direitos contra crianças e adolescentes, ainda mais porque não há uma rede de apoio onde essas crianças e adolescentes possam denunciar as violências sofridas.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1 Poderão participar deste chamamento às organizações da sociedade civil (OSCs), assim definidas na Lei nº 13.019/2014:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os apliquem integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867/1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

3.2 É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, devendo a rede ser composta por:

a) uma "OSC celebrante" da parceria com a administração pública, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora; e

b) uma ou mais "OSCs executantes e não celebrantes" da parceria com a administração pública, que deverá(ão) executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante.

3.3 A atuação em rede será formalizada entre a OSC celebrante e cada uma das OSCs executantes e não celebrantes mediante assinatura de termo de atuação em rede, que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela OSC celebrante.

3.4 É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua:

I - mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ;

II - mais de 3 (três) anos de experiência de atuação em rede comprovada; e

III - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, cuja comprovação poderá ser feita por meio dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

a) carta de princípios, ou similar, ou registros de reuniões e eventos da rede ou redes de que participa ou de que participou;

b) declaração de secretaria-executiva, ou equivalente, de rede ou redes de que participa ou de que participou, quando houver;

c) declaração de organizações que compõem a rede ou redes de que participa ou de que participou; e

d) documentos, relatórios ou projetos que tenha desenvolvido em rede.

3.5 A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas;

II - comunicar à administração pública em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede.

3.6 A organização celebrante deverá apresentar, no ato da celebração, a relação das organizações da sociedade civil executante e não celebrantes.

3.7 Será celebrado um termo de atuação em rede entre as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes e a organização da sociedade civil celebrante para repasse de recursos.

3.8 O termo de atuação em rede estabelece relação jurídica apenas entre as organizações executantes e não celebrantes e as organizações celebrantes, devendo a primeira demonstrar sua regularidade jurídica e fiscal para a segunda.

3.9 A organização da sociedade civil celebrante será responsável pela verificação da regularidade jurídica e fiscal das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

3.10 Pelo repasse de recursos, a organização da sociedade civil executante e não celebrante deverá apresentar à celebrante recibo no valor repassado, ficando dispensada de seguir as mesmas regras de gestão dos recursos, inclusive de contratação, voltadas para a celebrante.

3.11 A administração pública poderá formalizar, no instrumento de parceria, autorização prévia para alteração de organização da sociedade civil executante e não celebrante participante da rede, sendo exigida a comunicação da organização celebrante, sempre que tal fato ocorra, em até 30 (trinta) dias do fato, ficando a mesma obrigada a comprovar a regularidade jurídica e fiscal da entidade adicionada na rede na prestação de contas final.

4. DOS REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

4.1 Para celebrar o termo de fomento, a(s) OSC(s) deverá(ão) atender e comprovar os seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado;

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como possuir sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado;
- d) possuir, no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo, II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- g) apresentar certidões de regularidade fiscal, de contribuições, tributária e de dívida ativa com as fazendas federal, estadual e municipal, certidão de regularidade previdenciária, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- h) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- i) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III - Relação dos Dirigentes da Entidade;
- j) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de documento hábil;
- k) atender às exigências previstas na legislação específica, caso seja sociedade cooperativa.

4.1.1 Estão dispensadas das exigências das alíneas “a” e “b” as organizações religiosas e as sociedades cooperativas.

4.1.2 A verificação da regularidade da organização da sociedade civil selecionada, para fins do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria de que trata a alínea “g”, deverá ser feita pela própria administração pública nos sites públicos correspondentes, dispensando as organizações de apresentarem as certidões negativas respectivas, sendo igualmente consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas.

4.1.3 Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

4.1.4 Para fins de comprovação da experiência prévia e capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil, serão admitidos quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- b) relatório de atividades desenvolvidas;
- c) publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;
- d) currículo de profissional ou equipe responsável, com as devidas comprovações;
- e) declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;
- f) prêmios locais ou internacionais recebidos;
- g) atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades; ou
- h) quaisquer documentos que comprovem experiência e aptidão para cumprimento do objeto que será desenvolvido.

4.2. Sem prejuízo do previsto no item 4.1, a(s) OSC(s) deverá(ão) apresentar:

- a) cópia do estatuto social e suas alterações registradas, podendo ser digitalizada, que estejam em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019/2014 e no art. 14 do Decreto Estadual nº 3.513/2016, para fins de comprovação da regularidade jurídica;
- b) cópia, que poderá ser digitalizada, da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil registrada, para fins de comprovação da regularidade jurídica;
- c) cópia digitalizada de documento, como contrato de locação, faturas de serviços públicos, entre outros, que comprove que a organização da sociedade civil tem como domicílio fiscal de sua sede administrativa o endereço registrado no CNPJ;
- d) declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 e no art. 20 do Decreto Estadual nº 3.513/2016, conforme Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
- e) declaração da OSC de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações;
- f) declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre as instalações e condições materiais da organização, quando essas forem necessárias para a realização do objeto pactuado;
- g) prova da propriedade ou posse legítima do imóvel, como escritura, matrícula do imóvel, contrato de locação, comodato ou outro tipo de relação jurídica, caso seja necessário à execução do objeto pactuado.

4.2.1 Os documentos previstos nas alíneas “f” e “g” poderão ser apresentados após a celebração da parceria, quando a utilização do imóvel estiver condicionada à liberação dos recursos.

5. VEDAÇÕES

5.1 Ficará impedida de participar deste chamamento público e celebrar parceria a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- c) tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do Estado do Paraná, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;
- d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019/2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019/2014;
- f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; ou
- g) tenha entre seus dirigentes pessoas:
 - I) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - II) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
 - III) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

5.2 A inexistência do impedimento previsto no inciso I, da alínea “g”, do item 5.1, será comprovada por meio de certidões expedida pelos Tribunais ou Conselhos de Contas.

5.3 Nas hipóteses do item 5.1, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1 A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Deliberação CEDCA nº 75/2020.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Os critérios de julgamento das propostas são os seguintes:

Critérios de Julgamento	Escala de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	- Grau máximo de atendimento (20 pontos) - Grau intermediário de atendimento (15 pontos) - Atendimento parcial (5,0) - Não atendimento (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	20
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau máximo de atendimento (20 pontos) - Grau intermediário de atendimento (15 pontos) - Atendimento parcial (5,0) - Não atendimento (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	20
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau máximo de atendimento (20 pontos) - Grau intermediário de atendimento (15 pontos) - Atendimento parcial (5,0) - Não atendimento (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	20
(D) Adequação da proposta aos valores de referência constantes no Edital.	Atende ao disposto no Edital (20) pontos; Não atende (0,0) ponto OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	20
(E) Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- [10+] anos (20) pontos - [5 a 10] anos (15) pontos - [2+] anos (5,0) pontos - [2-] anos (0,0) ponto OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	20
Pontuação Máxima Global		100

*Observação: Os critérios acima pontuados valem como base para todas as áreas de atuação;

8. DAS PROPOSTAS

8.1 As propostas serão apresentadas pelas OSCs, por meio da plataforma eletrônica **SISTAG -www.sistag.social.pr.gov.br**, e deverão ser cadastradas e enviadas para análise, a partir das **09h00min** do dia **25/04/2021** até às **23h59min** do dia **05/07/2021**.

8.2 Após o prazo limite para apresentação das propostas, que é até **23h59min** do dia **05/07/2021**, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública.

8.3 É permitido que a OSC venha a apresentar mais de uma proposta, contanto que se dê em diferentes áreas de atuação. (alterado com a justificativa de que em reunião plenária no mês de outubro o CEDCA compreendeu que a mesma OSC pode atuar em diferentes frentes e apresentar propostas que atendam mais de um eixo de atuação previsto no edital)

8.4 As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- o diagnóstico da realidade objeto da parceria e a demonstração do nexa entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;
- descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;
- prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas; e
- plano de aplicação de recursos com o valor máximo de cada meta, assinado pelo presidente da OSC e pelo contador responsável.

8.5 A previsão de receitas e despesas deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

8.5.1 No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

8.6 A falsidade de informações nas propostas acarretará a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

8.7 Serão eliminadas as propostas:

- cuja pontuação total for inferior a **15 (quinze)** pontos;
- que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento **A, B, C, D ou E**; ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexa com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- com valores acima do valor máximo admitido;
- que estejam em desacordo com o edital.

8.8 As propostas não eliminadas serão classificadas, nos termos do item 10.2.

8.9 Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto, desde que observado o valor máximo admitido para a execução do objeto da parceria.

8.9.1 O valor de referência será o valor máximo admitido para a execução do objeto da parceria.

9. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 Após a apresentação das propostas pelas OSCs, o processo de seleção seguirá as seguintes etapas:

- a) avaliação e classificação das propostas;
- b) verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da(s) OSC(s) selecionada(s), incluindo a inoccorrência dos impedimentos legais;
- c) aprovação do plano de trabalho apresentado e do regulamento de compras e contratações da(s) OSC(s) selecionada(s);
- d) emissão de pareceres técnicos; e
- e) celebração do instrumento de parceria.

10. DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 Na etapa competitiva de avaliação e classificação das propostas, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

10.1.1 A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá independência técnica para exercer suas funções.

10.2 A Comissão de Seleção classificará as propostas não eliminadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

10.3 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento **(A)**. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento **(B)**, **(C)** e **(D)**. Caso as regras acima não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

10.4 A Comissão de Seleção terá o prazo de **60 (sessenta)** dias para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais **30 (trinta)** dias.

10.5 As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos no item 7.

11. DO RESULTADO PRELIMINAR DOS JULGAMENTOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do(a) **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - www.justica.pr.gov.br**, iniciando-se o prazo para recurso.

12. DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 Os participantes poderão recorrer do resultado preliminar da etapa de avaliação e classificação das propostas à Comissão de Seleção, no prazo de **03 (três)** dias corridos, contados da data da publicação da decisão, sob pena de preclusão.

12.2 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

12.3 Os recursos serão interpostos por meio da plataforma eletrônica (www.eprotocolo.pr.gov.br)

12.4 Interposto recurso, os demais interessados deverão ser comunicados por meio da plataforma eletrônica ou, se a seleção se processar sem o uso da plataforma eletrônica, por qualquer outro meio idôneo, para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de **03 (três)** dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

12.5 É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

13. DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1 A Comissão de Seleção analisará os recursos.

13.2 Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Gabinete do Secretário com as informações necessárias à decisão final.

13.3 A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

13.4 Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

13.4.1 Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

13.5 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública deverá homologar e divulgar na página do sítio oficial do órgão ou entidade pública estadual, *na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná* e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado da classificação definitiva.

14.2 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

15. DAS ETAPAS DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO; DE APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES; DE EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS E DE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO DE PARCERIA.

15.1. A administração pública selecionará propostas de acordo com os critérios contidos no presente Edital, observados os limites de valores neles estipulados por área de atuação e o valor global, bem como a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária.

15.2. Antes de celebrar a parceria, a administração pública convocará a(s) OSC(s) selecionada(s), segundo ordem de classificação, para, no prazo de **10 (dez)** dias corridos a partir da convocação, apresentar (em):

a) a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria, previstos no item 4;

b) o seu plano de trabalho e o respectivo regulamento de compras e contratações para serem aprovados.

15.2.1 No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública deverá certificar-se de que sobre a(s) OSC(s) não recai nenhuma das vedações previstas no item 5 deste edital, bem como deverá consultar o Cadastro Informativo Estadual – CADIN, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a Situação Cadastral do Fornecedor perante o Sistema Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS e demais cadastros pertinentes, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

15.2.2 Em caso de suspeita de incidência de alguma vedação, a administração pública poderá solicitar à OSC, no prazo de **05 (cinco) dias corridos** documento ou certidão que comprove a ausência de impedimentos da entidade.

15.2.3 Será desclassificada a OSC que não atender no prazo do item 15.2.2, a solicitação da administração pública.

15.2.4 No caso da atuação em rede, a OSC celebrante deverá comprovar também o cumprimento dos requisitos previstos no art. 35-A da Lei nº 13.019/2014, art. 17 e art. 40 do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

Nota explicativa

(Obs: As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital de chamamento)

Caso o edital não autorize atuação em rede, o subitem 15.2.4 deverá ser suprimido.

15.3 O resultado da etapa de verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria será homologado e divulgado na página do sítio oficial do órgão ou entidade pública estadual, *na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná* e no órgão oficial de imprensa, podendo as desclassificadas apresentar recurso na forma e no prazo estabelecido no item 12 deste edital.

15.4 Por meio do plano de trabalho, a(s) OSC(s) selecionada(s) deverá(ão) apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação.

15.4.1 O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos para celebração serão apresentados por meio da plataforma eletrônica www.sistag.social.pr.gov.br, no prazo de **10 (dez)** dias corridos da convocação pela administração pública.

15.5 O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) a descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- c) a previsão se for o caso, de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
- d) a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- e) a definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) os elementos que demonstrem a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, devendo existir elementos indicativos da mensuração desses custos, tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público;
- g) o plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública, assinado pelo presidente da OSC e pelo contador responsável;
- h) o cronograma de desembolso;
- i) o prazo de duração da execução do objeto.

15.6 Nas parcerias com valores abaixo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o plano de trabalho poderá ser simplificado.

15.7 Na hipótese de a(s) OSC(s) selecionada(s) não atender (em) aos requisitos da fase de celebração, aquela(s) imediatamente(s) mais bem classificada(s) poderá (ão) ser convidada(s) a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta da concorrente desqualificada.

15.8 Caso a(s) OSC(s) convidada(s) aceite(m) celebrar a parceria, ela(s) será (ão) convocada(s) e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecendo a ordem de classificação.

15.9 A Comissão de Seleção examinará o plano de trabalho apresentado pela(s) OSC(s) selecionada(s) ou, se for o caso, pela(s) OSC(s) imediatamente mais bem classificada(s) que tenha(m) sido convocada(s).

15.10 Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta ofertada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

15.11 Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de **10 (dez)** dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

15.12 Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até **10 (dez)** dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

OBS: Podendo ser realizados até 3 (três) solicitações de ajustes de ordem técnica e até 3 (três) solicitações de ajustes de ordem do grupo financeiro, caso não haja adequação da proposta a mesma será reprovada.

15.13 A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão dos pareceres técnicos pelo órgão ou entidade pública, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

15.14 A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

15.15 A Comissão de Seleção analisará se o regulamento de compras e contratações observa o art. 45 do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

15.16 O regulamento de compras e contratações da OSC será automaticamente aprovado pelo órgão ou entidade pública estadual, caso adote:

- a) regulamento de compras e contratações próprio que já tenha sido aprovado por outro órgão ou entidade da administração pública estadual;
- b) regulamento de compras e contratações de outra organização da sociedade civil, já aprovado pela administração pública estadual; ou
- c) modelo para adesão disponibilizado pela administração pública do Estado do Paraná.

15.17 O resultado da etapa de aprovação do plano de trabalho e do regulamento de compras e contratações será homologado e divulgado na página do sítio oficial do órgão ou entidade pública estadual, na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná e no órgão oficial de imprensa, podendo as desclassificadas apresentar recurso na forma e no prazo estabelecido no item 12 deste edital.

15.18 Avaliadas as propostas, verificados os requisitos para celebração e aprovados o plano de trabalho e o regulamento de compras e contratações, a administração pública, no prazo de **60 (sessenta)** dias corridos, por meio de órgão técnico, emitirá parecer que analisará, no mínimo:

- a) o mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
- c) a viabilidade de sua execução;
- d) a verificação do cronograma de desembolso;
- e) a descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) a designação do gestor da parceria;
- g) a designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

15.19 Sendo o parecer técnico favorável à celebração da parceria, a administração pública convocará a(s) OSC(s) selecionada(s) a assinar (em) o(s) respectivo(s) instrumento(s), no prazo de **15 (quinze)** dias corridos.

15.19.1 Caso o parecer técnico conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

15.19.2 O resultado da etapa de emissão pareceres será homologado e divulgado na página do sítio oficial do órgão ou entidade pública estadual, na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná e no órgão oficial de imprensa, podendo as desclassificadas apresentar recurso na forma e no prazo estabelecido no item 12 deste edital.

15.20 No período entre a apresentação da documentação da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

15.21 A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

15.22 O resultado das etapas de avaliação da proposta; de verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração; de aprovação do plano de trabalho e do regulamento de compras e contratações; de emissão de pareceres e celebração do instrumento de parceria serão homologados e divulgados na página do sítio oficial do órgão ou entidade pública estadual, na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná e no órgão oficial de imprensa.

15.22.1 Os resultados de que trata o item 15.22 também serão divulgados na plataforma eletrônica de que trata o art. 24 do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

15.23 As OSCs desclassificadas podem interpor recurso contra os resultados de que trata o item 15.22, na forma e no prazo estabelecido no item 12.

15.24 O extrato do termo de fomento será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná. A parceria somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

16. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

16.1 As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária: XXXXXXXXXX – XXXXXXXXXX, natureza da despesa XXXXXXXXXX – XXXXXXXXXX, fonte de recurso XXXX – XXXXXXXXXX, provenientes da função programa XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX.

16.2 Nas parcerias com vigência plurianuais ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

16.3 A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública nos exercícios subsequentes, serão realizados mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de termo de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

16.4 O valor total de recursos disponibilizados será de **R\$ 62.000.000,00 (Sessenta e dois milhões)** no exercício de **2021 e 2022**. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

16.5 O valor de referência é o valor máximo da parceria.

16.6 O exato valor a ser repassado será definido no termo de fomento, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

16.7 As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com a meta da parceria, observada o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

16.8 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, e nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014.

16.9 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho:

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto sejam qual for à proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia etc.);
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

16.10 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

16.11 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

16.12 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

17. CONTRAPARTIDA

17.1 Não serão exigidas qualquer contrapartida da OSC selecionada.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Este edital será divulgado na página do sítio eletrônico oficial da **Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho**, no seguinte endereço eletrônico: **www.justica.pr.gov.br**, bem como no órgão de imprensa oficial e na página do sítio oficial do Governo do Estado do Paraná **www.dioe.pr.gov.br**, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

18.1.1 Este edital também será divulgado em plataforma eletrônica de que trata o art. 24 do Decreto Estadual nº 3.513/2016.

18.2 A administração pública resolverá os casos omissos e as situações não previstas neste edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

18.3 A qualquer tempo, este edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.4 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do chamamento público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/2014.

18.5 A administração pública não cobrará das OSCs taxa para participar deste chamamento público.

18.6 Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no chamamento público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de outubro de 2020.

XXXXXXXXXXXX

SERVIDOR (A) ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

1. A **[NOME DA OSC]** declara que está ciente e concorda com as disposições do edital de chamamento público nº **XXXX/XXXX** e de seus anexos.
2. A **[NOME DA OSC]** também se responsabiliza, sob as penas da lei, pela veracidade e regularidade das informações e documentos apresentados.

[LOCAL], [DATA].

.....
[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC]

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, inc. V, alínea "c", da Lei nº 13.019/2014, que a **[NOME DA OSC]**:

Nota explicativa

A OSC deverá optar por uma das seguintes declarações:

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

[LOCAL], [DATA].

.....
[NOME E CARGO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA OSC]

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO ART. 60, § 5º, DO DECRETO ESTADUAL Nº 3.513/2016 E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

A **[NOME DA OSC]** declara, para os devidos fins, que:

1. Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a";

Nota Explicativa

A presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, § 5º, da Lei nº 13.019/2014);

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail
--	---	---

2. Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

3. Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

[LOCAL], [DATA].

.....
[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC]

ANEXO IV

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

ANEXO V

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Nota explicativa

(Obs: As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da parceria)

A administração pública deverá elaborar um modelo de plano de trabalho, que deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- I. descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;
- II. descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
- III. previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
- IV. forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- V. definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

[XXXXXXXXXX]

Obs.: por possuir natureza eminentemente técnica, o conteúdo do modelo de plano de trabalho não será padronizado.

Área de atuação 1 – Garantia do Direito à Vida e Saúde (Valor Total: R\$ 8.500.000,00)

Objetivos:

Objetivo 1: Propostas de atenção a saúde mental de crianças e adolescentes. (R\$ 3.500.000,00)

1.2.1.1 As propostas deverão ter ênfase em:

A.1 Habilidades Emocionais com público prioritário de 05 a 08 anos

A.1.2 Prevenção ao uso e abusos de substâncias psicoativa, álcool e outras drogas – com público prioritário de 11 à 14 anos

Valor mínimo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

A.2 Objetivo 2: Propostas de promoção e garantia de acesso à saúde de crianças e adolescentes (R\$ 5.000.000,00)

B. Promoção do acesso à linha de Cuidado à Saúde da Criança e do Adolescente: As propostas deverão ter ênfase em: Amamentação, Alimentação, Controle e redução da obesidade infantil, Primeira Infância e Imunização.

C. Promoção do acesso à Linha de Cuidado de Saúde da Mulher e atenção Materno-infantil. As propostas deverão ter ênfase em: Promover a participação e acesso das mulheres que precisam ser encaminhadas para o acompanhamento pré-natal

D. Controle social. As propostas deverão ter ênfase em: Promoção do protagonismo infanto juvenil na execução das ações; Promoção de ações que integrem os CMDCA's com os Conselhos Municipais de Saúde e Educação.

Valor mínimo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

Área de atuação 2 – Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (Valor Total: R\$ 11.000.000,00)

Objetivo 1: Propostas de projetos de Acolhimento Familiar e/ou Acolhimento Institucional, dentro das diretrizes da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (R\$ 10.000.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 100.000,00

Objetivo 2: Propostas de projetos de Apadrinhamento Afetivo e projetos de preparação das famílias, crianças e adolescentes e para Adoção. (R\$ 1.000.000,00)

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 200.000,00

Serão classificadas propostas de OSCs que apresentem estratégias para atuação nas esferas de acompanhamentos de crianças e famílias, tanto na pré adoção, quanto na pós adoção e ainda no Apadrinhamento Afetivo. Poderão ser apresentadas propostas que apresentem metodologias de atendimento individualizado de crianças, adolescentes, famílias, assim como propostas de formações coletivas, podendo ser através do formato virtual, respeitando as diretrizes de distanciamento social, enquanto houverem.

É imprescindível que as propostas tenham como parâmetros mínimos, as seguintes diretrizes:

Em relação a Pré Adoção, os temas para preparação das pessoas que pretendem adotar:

- Motivação e Expectativa de Adoção
- Maturidade Emocional e Pessoal
- Estabilidade e Qualidade de Relações Interpessoais
- Resiliência, Capacidade para Superar Situações, Histórico de Gerenciamento de Estresse
- Abertura do Sistema Familiar
- Habilidades e Capacidades de parentar e educar
- Empatia e Habilidade de Trocar de Perspectiva
- Pertencimento
- Compromisso para Toda a Vida

Em relação a pós adoção:

Estágios Comuns de convivência

- Familiarização
- Lua-de-Mel
- Ambivalência
- Interações Recíprocas
- Solidificação dos laços

Problemas comuns na convivência incluem:

- Sentimentos não resolvidos de perdas anteriores
- Expectativas não correspondidas
- Problemas de diversidade
- Dinâmicas familiares

Em relação ao apoio às famílias no pós-adoção:

- Educar os membros familiares, bem como as novas crianças, sobre os estresses e mudanças esperados devido a adoção e o impacto gerado através desses em toda família, inclusive sobre a criança adotada.
- Auxiliar os membros da família adotiva a se preparar para ajustar e gerenciar para as mudanças resultantes do processo de adoção.
- Facilitar o desenvolvimento de novos vínculos entre os membros da família e promover sentimentos mútuos de pertencimento.
- Incentivar o desenvolvimento de legitimidade pelos pais adotivos.
- Incentivar o desenvolvimento do senso de pertencimento entre a criança e família adotiva.
- Identificar indicadores primários de ruptura.
- Realizar intervenção de forma imediata a fim de estabilizar o processo de adoção sob-risco de ruptura.
- Ajudar a criança e a família adotiva a compreender o histórico do trauma e a utilizar parentalidade ciente do trauma.
- Ajudar a criança a manter um relacionamento saudável com a família biológica e outras pessoas importantes.

Em relação ao Apadrinhamento Afetivo:

- Proporcionar às crianças e adolescentes a vivência de vínculos afetivos individualizados e duradouros e a ampliação de suas experiências sociais, culturais e de convivência familiar e comunitária.
- Fortalecer vínculos construídos no cotidiano das famílias que pressupõem apoio mútuo, não de caráter legal, mas sim de caráter simbólico e afetivo.
- Estimular relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança e outras correlatas. Constam, dentre elas, relações de cuidado estabelecidas por acordos espontâneos e que não raramente se revelam mais fortes e importantes para a sobrevivência cotidiana do que muitas relações de parentesco.

Objetivos específicos

- Ampliar a rede de apoio afetivo e comunitário das crianças e adolescentes.
- Fortalecer o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.
- Favorecer a construção da autonomia e de um projeto de vida das crianças e adolescentes.
- Possibilitar experiências de convivência familiar para as crianças e adolescentes.
- Fomentar a continuidade e permanência dos laços estabelecidos na relação entre as crianças e adolescentes e os padrinhos e madrinhas.
- Promoção do empoderamento e da autonomia dos adolescentes e sua preparação para o desligamento do serviço de acolhimento e sua reinserção à convivência familiar e/ou comunitária;
- Promoção de ações com as famílias/responsáveis legais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários na perspectiva da reintegração;

Para propostas de Formação e Capacitação, será possível apresentar propostas que tenham como público-alvo:

<p>· Profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes;</p> <p>· Famílias proponentes a se habilitarem como famílias adotantes para crianças e adolescente na perspectiva de desinstitucionalização;</p> <p>Área de atuação 3 – Garantia do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (Valor Total: R\$ 26.000.000,00)</p> <p>Objetivo 1: Propostas de projetos sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV, dentro das diretrizes da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)</p> <p>Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado à quantidade de atendimentos:</p> <p>I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);</p> <p>II. entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);</p> <p>III. entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);</p> <p>IV. entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);</p> <p>V. mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</p> <p>Público Prioritário</p> <p>De acordo com a Resolução CIT nº 1/2013 e Resolução CNAS nº1/2003, considera-se em situação prioritária para a inclusão no SCFV, crianças, adolescentes e pessoas idosas que vivenciam as seguintes vulnerabilidades ou riscos:</p> <ul style="list-style-type: none">· Situação de isolamento· Trabalho infantil· Vivência de violência· Vivência de negligência· Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos· Em situação de acolhimento· Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto· Egressos de medidas socioeducativas· Situação de abuso e/ou exploração sexual· Com Medidas de Proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)· Situação de Rua· Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência <p>Temas transversais sugeridos</p> <ul style="list-style-type: none">· Convívio com as diversidades: étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, relacionada às pessoas com deficiência; etc.· Cultura de paz em oposição à da violência;· Autocuidado e auto responsabilidade na vida diária;· Violações de direitos, tais como o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-juvenil, as violências contra crianças e adolescentes, a violência doméstica; as altas taxas de homicídios no Brasil e no mundo, etc.;· Uso prejudicial de álcool e outras drogas;· Cuidado e proteção ao meio ambiente;· Participação social. <p>Atendimentos durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – COVID 19</p> <p>Em atenção a Portaria MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV) a Portaria MC nº100, de 14 de julho de 2020 que aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19, as organizações da sociedade civil deverão informar em seus planos de trabalho as adequações de funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às recomendações sanitárias, cenário epidemiológico local e demandas da população.</p> <p>Devem ser consideradas nestes casos, a reorganização do atendimento e a suspensão de atividades presenciais que representarem, no contexto de cenário epidemiológico local, riscos acentuados à saúde e à transmissibilidade do novo Coronavírus, sobretudo entre usuários que integrem os grupos de risco ao agravamento da COVID-19.</p> <p>As ações desenvolvidas pelas organizações deverão obrigatoriamente seguir a legislação municipal (Órgão Gestor da Saúde, Assistência Social e autoridade Sanitária) sobre a oferta do serviço.</p> <p>As OSCs deverão identificar em seus planos de trabalho a readequação do serviço frente a pandemia: relatar se o serviço foi suspenso ou parcialmente suspenso, se está funcionando de forma remota, como se adequou ao novo cenário. Também deverá informar se há planejamento para a efetiva retomada do serviço, após o término da pandemia.</p> <p>Documentação Obrigatória para SCFV</p> <p>Para projetos voltados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos será necessária a comprovação:</p> <p>a) Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;</p> <p>b) Inscrição no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social- CNEAS.</p> <p>Objetivo 2: Propostas de projetos de atividades de contraturno escolar, com ênfase em desenvolvimento integral de crianças e adolescentes</p> <p>Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:</p> <p>I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);</p> <p>II. entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);</p> <p>III. entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);</p> <p>IV. entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);</p> <p>V. mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</p> <p>Área de atuação 4 – Garantia do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (Valor Total: R\$ 7.000.000,00)</p> <p>Objetivo 1: Propostas de projetos de Aprendizagem (R\$ 3.500.000,00)</p> <p>Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:</p> <p>I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);</p> <p>II. entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);</p> <p>III. entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);</p> <p>IV. entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);</p> <p>V. mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).</p> <p>Objetivo 2: Propostas de projetos de Pré Aprendizagem e Qualificação Profissional (R\$ 1.500.000,00) Observando atentamente que os Cursos não incidam nos itens da lista TIP – Decreto nº 6481 de 12 de junho de 2008, que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as proibições das piores formas de trabalho infantil.</p> <p>Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:</p> <p>I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);</p> <p>II. entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);</p> <p>III. entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);</p> <p>IV. entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);</p> <p>V. mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)</p>

Objetivo 3: Propostas de projetos de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (R\$ 2.000.000,00)
Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II. II – entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III. III – entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV. IV – entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V. V – mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Área de atuação 5 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência (Valor Total: R\$ 4.000.000,00)
Objetivos:

- a) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação da situação de fragilidade e risco social proveniente do período da pandemia do Covid 19;
- b) Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos.
- c) Favorecer o desenvolvimento de atividades que propiciam trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários;
- d) Desenvolver ações especializadas para a superação das situações de violação de direitos;
- e) Promover apoio às famílias para diminuição da sobrecarga e desgaste dos vínculos provenientes da demanda de cuidados permanentes.

Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC fica vinculado a quantidade de atendimentos:

- I. até 14 (quatorze) crianças/adolescentes: até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- II. entre 15 (quinze) a 30 (trinta) crianças/adolescentes: até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- III. entre 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) crianças/adolescentes: até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- IV. entre 51 (cinquenta e uma) a 70 (setenta) crianças/adolescentes: até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais);
- V. mais de 71 crianças/adolescentes: até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Área de atuação 6 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais (Valor Total: R\$ 2.500.000,00)
Objetivo 1: Promover o acesso à informação e inclusão digital de crianças e adolescentes indígenas e de comunidades tradicionais do Estado do Paraná; (considerando a complexidade e equipamentos envolvidos até R\$ 800.000,00)
Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 800.000,00
Objetivo 2: Desenvolvimento, produção e distribuição de materiais didáticos que promovam a disseminação e ensino das línguas maternas de comunidades indígenas; Execução de ações de promoção da formação pessoal de crianças e adolescentes indígenas e de comunidades tradicionais que assegurem a inclusão destes no Sistema de Garantia de Direitos (SGD).
Fomentar a diversidade étnica cultural com a distribuição de materiais didáticos, que promovam o conhecimento amplo da literatura brasileira e paranaense das línguas maternas de comunidades indígenas e comunidades tradicionais através do acesso a leitura. (até 600.000,00)
Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 600.000,00
Objetivo 3: Execução de ações de promoção da valorização e disseminação da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais voltados às crianças e adolescentes destes grupos. (até R\$ 300.000,00)
Valor máximo para apresentação de propostas pela OSC: R\$ 300.000,00
Área de atuação 7 – Garantia do Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento as situações de violência (Valor Total: R\$ 3.000.000,00)
Objetivo: Execução do serviço especializado de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual, suas famílias e supostos agressores.
Critérios pelo número de atendimentos.
1. 01 a 30 - valor de R\$50.000
2. 31 a 75 - valor de R\$ 80.000
3. 76 a 150 - valor de R\$ 150.000
4. mais que 150 atendimentos R\$ 200.000,00
A. As propostas que envolverem em seu público-alvo, crianças e/ou adolescentes com deficiência deverão prever, de acordo com as características do objeto, medidas adequadas de acessibilidade.
B. A OSC deverá apresentar na proposta o número de vagas de crianças e adolescentes que serão atendidos no projeto, ou a região geográfica de abrangência da proposta contemplando no mínimo três municípios.
C. Se, ao final da parceria, a entidade não atender ao número mínimo de crianças e adolescentes previstos na proposta, ou a área geográfica demarcada, será feita a apuração de contas e a OSC será notificada para devolver ao poder público a integralidade dos recursos recebidos por descumprimento da parceria avençada.
D. As OSCs selecionadas para celebração dos Termos de Fomento nos termos deste Edital, deverão informar conta corrente aberta no Banco do Brasil (Decreto Estadual 4.505, de 06 de Julho de 2016), destinada especificamente para recebimento dos recursos oriundos da parceria.
E. Os recursos serão repassados às OSCs em parcela única podendo a Administração Pública, observada a disponibilidade orçamentária e atendido o interesse público, efetuar os repasses em duas ou mais parcelas.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

A [NOME DA OSC] declara, para os devidos fins, que a entidade e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 e no art. 20 do Decreto Estadual nº 3.513/2016. Nesse sentido, a citada entidade:

1. Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
2. Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
3. Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o [termo de colaboração/termo de fomento], estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Nota Explicativa

A presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, § 5º, da Lei nº 13.019/2014);

4. Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019/2014;
5. Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
6. Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
7. Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

[LOCAL], [DATA].

.....
[NOME E CARGO DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC]

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF e A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL XXXXX, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO Nº XX/2020-CEDCA/PR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Protocolo nº XX.XXX.XXX-X

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO – SEJUF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.245.920/0001-94, com sede no Palácio das Araucárias, 6º andar, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, CEP 80.530-915, Centro Cívico, nesta Capital doravante denominada administração pública, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, o Sr. Ney Leprevost Neto, e a XXXXXXX [NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL], com sede no XXXX [ENDEREÇO COMPLETO], inscrito (a) no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], doravante denominada Organização da Sociedade Civil ou OSC, neste ato representado(a) pelo(a) [PESSOA COM PODERES PARA REPRESENTAR A OSC], portador(a) do RG nº [XXXXXXXXXX] e CPF/MF nº [XXX.XXX.XXX-XX], residente e domiciliado(a) no [ENDEREÇO COMPLETO], resolvem celebrar este TERMO DE FOMENTO, conforme autorização conforme autorização Governamental, XXXX [ESPECIFICAR O ATO DE AUTORIZAÇÃO], e que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto desta parceria a execução de XXXXXXXXXXXXX, por meio da seleção de Organizações da Sociedade Civil conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - FUNDAMENTO

Esta parceria decorre do Chamamento Público nº [XXXX/XXXX], objeto do processo administrativo nº [XX.XXX.XXX-X].

A - PARÁGRAFO SEGUNDO - DOS BENEFICIADOS

B - Serão beneficiados com esta parceria [XXXXXXXXXX].

C - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Compete à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF):

2.1.1 Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, observando o prescrito na cláusula 10;

2.1.2 Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

2.1.3 Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

2.1.4 Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

2.1.5 Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão de parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;

2.1.6 Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

2.1.7 Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a administração pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;

2.1.8 Manter, em seu sítio oficial na *internet*, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

2.1.9 Divulgar pela *internet* os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

2.1.10 Viabilizar o acompanhamento pela *internet* dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria.

2.1.11 Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para sua celebração.

2.2 Compete à Organização da Sociedade Civil:

2.2.1 Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, com as exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;

2.2.2 Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela administração pública;

- 2.2.3** Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;
- 2.2.4** Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no plano de trabalho, apresentar à administração pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN Estadual;
- 2.2.5** Adquirir os materiais e/ou serviços somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;
- 2.2.6** Divulgar na *internet* e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a administração pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 2.2.7** Restituir à administração pública o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:
- quando não for executado o objeto deste instrumento;
 - quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;
 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.
- 2.2.8** Restituir à administração pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;
- 2.2.9** Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;
- 2.2.10** Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;
- 2.2.11** Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;
- 2.2.12** Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;
- 2.2.13** Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
- 2.2.14** Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 2.2.15** Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 2.2.16** Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- 2.2.17** Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;
- 2.2.18** Franquear aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3. O valor total desta parceria é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXX), o qual será transferido à Organização da Sociedade Civil para a consecução do objeto, em conformidade com o plano de trabalho e cronograma de desembolso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária: XXXXXXXXXX – XXXXXXXXXX, natureza da despesa XXXXXXXXXX – XXXXXXXXXX, fonte de recurso XXXX – XXXXXXXXXX, proveniente da função programa XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4. Os recursos da administração pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para conta-corrente nº XXXX-X, agência nº XXXX-X, Banco nº XXXX, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.

4.1 O recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

4.2 A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

4.3 Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta-corrente de que trata a cláusula 4.

4.4 Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4.1 As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.7 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

III – quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5. Esta parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1 É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

I – finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;

II – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

6. Para compras e contratações de bens e serviços pela Organização da Sociedade Civil com recursos estaduais, será observado o regulamento de compras e contratações da organização previamente aprovado pela administração pública, sendo da Organização da Sociedade Civil a responsabilidade de observância dos procedimentos e da realização de compras e contratações.

6.1 No regulamento de compras e contratações da Organização da Sociedade Civil deverão ser previstos procedimentos de forma a resguardar a adequação da utilização dos recursos da parceria, tais como:

- I - realização de despesas de pequeno valor, assim consideradas aquelas que não ultrapassem R\$ XXXXXX (valor por extenso);
- II - cotação prévia de preços, que poderá ser realizada por item ou agrupamento de elementos de despesas, por meio de e-mail, sítios eletrônicos públicos ou privados, ou quaisquer outros meios;
- III – como forma de adoção de valores referenciais pré-aprovados, a utilização de atas de registro de preços, em vigência, adotados por órgãos públicos vinculados ao Estado do Paraná, preferencialmente da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;
- IV - utilização de tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público que sirva de referência para demonstrar a compatibilidade dos custos com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza;
- V - priorização da acessibilidade, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento local como critérios, especialmente nas hipóteses diretamente ligadas ao objeto da parceria;
- VI - contratação direta de bens e serviços compatíveis com as especificidades do objeto da parceria, podendo prever as seguintes hipóteses:
 - a) quando se tratar de profissional ou empresa que seja prestador regular de serviços para a organização, desde que previsto no plano de trabalho e que o valor do contrato seja compatível com os preços praticados pelo fornecedor em relação a outros demandantes e não excedam o valor de mercado da região onde atuam;
 - b) quando não existir pluralidade de opções, em razão da natureza singular do objeto ou de limitações do mercado local da execução do objeto;
 - c) nas compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, no centro de abastecimento ou similar, realizada com base no preço do dia;
 - d) quando se tratar de serviços emergenciais para evitar paralisação de serviço essencial à população.

obs*** ITEM I do 6.1 - original suprimido

6.2 Para formalizar a compra de bens ou contratação de serviços, será celebrado contrato pela Organização da Sociedade Civil com fornecedor de bens ou prestador de serviços, com a finalidade de atingir o objeto da parceria, o qual deverá conter cláusula específica que informe da possibilidade de pedido de livre acesso dos servidores ou empregados do órgão ou entidade pública estadual e dos órgãos de controle aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

6.3 Os fornecedores e prestadores de serviços deverão ser notificados com o pedido de livre acesso com antecedência mínima de até 20 (vinte) dias úteis da realização da fiscalização de que trata a cláusula 6.2 e deverão disponibilizar os documentos e registros contábeis relativos ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços vinculados ao termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7. A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

7.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

7.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

7.3 A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.4 A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

7.5 A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
- III - relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;
- IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

7.6 O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

7.6.1 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

7.6.2 Se a duração da parceria exceder 01 (um) ano, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.7 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o(s) parecer(es) técnico(s) do gestor da parceria deverá(ão), obrigatoriamente, mencionar:

- I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II - os impactos econômicos ou sociais;
- III - o grau de satisfação do público-alvo;
- IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.8 Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica desde que possuam garantiam da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

7.9 A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.9.1 O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

7.10 O prazo para a prestação final de contas será de 150 (cento e cinquenta) dias.

7.11 O disposto na cláusula 7.9 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.12 Na hipótese da cláusula 7.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

7.13 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I - aprovação da prestação de contas;
- II - aprovação da prestação de contas com ressalvas;
- III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.13.1 A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

7.14 As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública.

7.15 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

7.15.1 O prazo referido na cláusula 7.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

7.15.2 Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.16 A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

7.16.1 O transcurso do prazo definido na cláusula 7.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

7.17 As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.18 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

II - 7.19 A prestação de contas à administração pública, tratada na cláusula sétima esta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

III - CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8. Esta parceria terá vigência de xx (xxxxx) meses, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

8.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

8.2 Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

8.3 A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 8.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

8.4 A administração pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

8.5 O prazo máximo de vigência desta parceria, consideradas todas as prorrogações de prazo, será de 05 (cinco) anos.

IV - CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

V - 9. As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

9.1 Serão formalizados por apostilamento:

I - utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

II – ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

III - remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

IV - prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

V – alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

9.2 As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

9.3 A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a 30% (trinta por cento) do seu valor inicial.

9.3.1 Para ampliação do objeto da parceria, é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

CLÁUSULA DEZ – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

10. Para a implementação do monitoramento e avaliação, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

10.1 Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

10.2 Para a implementação do disposto na cláusula 10.1, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

10.3 A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

10.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

10.4 Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

10.5 Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

10.6 Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA ONZE – DOS BENS REMANESCENTES

11. São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.1 Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à administração pública na hipótese de sua extinção.

11.1.1 No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

11.1.2 Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação de regência, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

12.1 A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

12.2 A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

12.3 É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

12.4 Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

12.5 Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

12.6. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

12.6.1 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

VI - CLÁUSULA TREZE - DA EXTINÇÃO

13. Esta parceria poderá ser:

I - extinta por decurso de prazo;

II - extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

III - denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

IV - rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

d) violação da legislação aplicável;

e) cometimento de falhas reiteradas na execução;

f) malversação de recursos públicos;

g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

k) quando os recursos depositados em conta-corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

13.1 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

13.1.2 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da administração pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

13.1.3 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

13.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 15 (quinze) dias da abertura de vista do processo.

13.3. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

13.4. É prerrogativa de a administração pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração pública assumiu essas responsabilidades.

13.5. Outras situações relativas à extinção da parceria não prevista na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

VII - CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

14. A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato, em Diário Oficial do Estado do Paraná.

VIII - CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

15. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, de de 2020.

.....
Ney Leprevost Neto
Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

.....
XXXXXXXXXX
Presidente Organização da Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome:.....

Nome:.....

.....
CPF:

CPF:

Ass:.....

Ass.:



ePROTOCOLO



Documento: **EDITAL00120221REPASSESDERECURSOSPARAOSC.pdf**.

Assinado por: **Ney Leprevost Neto** em 14/04/2021 17:41.

Inserido ao protocolo **17.043.779-9** por: **Cristiane Simões** em: 14/04/2021 17:41.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
98138a9f0efe2e677752ee26114f1560.